



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Objetivos Processuais

ANO DE 2019

Proposta fundamentada de objectivos para o ano seguinte.

Área criminal, civil e de família e menores

Os objectivos para o ano judicial 2018 com o quadro de magistrados em exercício de funções existente no início do ano, se o mesmo não for entretanto alterado, não podem ser ambiciosos, porque como já se deixou dito, o quadro de magistrados não está preenchido e mostra-se insuficiente para as necessidades existentes.

Face à manutenção de um número de magistrados igual ao ano anterior, em que se assistiu a um aumento das pendências, os objectivos que se irão propor terão de ser prudentes, esperando-se que as pendências não aumentem substancialmente.

Assim, o nosso primeiro objetivo, é não deixar aumentar as pendências dos processos de inquérito relativamente ao ano anterior, desde que não se verifique um aumento do número de processos entrados e caso não haja um grande número de dias em falta por parte dos magistrados.

Por outro lado, propomo-nos acabar todos os inquéritos entrados antes de 2017, desde que a sua investigação se encontre finda, e não se aguarde por cumprimento de exames de qualquer ordem ou cartas rogatórias para o estrangeiro, como tem sucedido até agora, em alguns processos.

É também nossa pretensão, que os processos de inquérito pendentes com mais de 8 meses, não ultrapassem os 30% do total de inquéritos pendentes em 31 de Dezembro de 2019.

Face ao número de magistrados colocados na Comarca, não será fácil diminuir o prazo de duração média dos inquéritos, já que tal desiderato exige uma efectiva direcção do inquérito por parte dos magistrados, com o seu consequente acompanhamento e atenção ao cumprimento dos prazos dos inquéritos que se encontram nos OPCs em investigação.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

Por outro lado, e sempre que tal se mostrar necessário e conveniente continuaremos a emitir instruções que visem a uniformização e simplificação de procedimentos, de modo a alcançar-se uma melhor eficiência e uma maior eficácia processuais.

Pretendemos manter como objetivo, a utilização de formas processuais simplificadas e de mecanismos de consenso em percentagem não inferior 60%, relativamente ao número de processos indiciados que se venham a finalizar.

Pretendemos continuar a manter, como nosso objetivo, apresentar taxas de procedências elevadas relativamente aos julgamentos efectuados, excluindo os casos de extinção da responsabilidade criminal e encerramento do processo por outros motivos, como acontece com as desistências de queixa.

É também é nosso objetivo que os processos de Inquérito Tutelar Educativos sejam terminados no seu tempo previsto, pelo que esperamos e pretendemos que no final de Dezembro de 2019 não haja processos pendentes, dessa natureza, senão do ano de 2019.

Também nos processos instaurados ao abrigo do D.L. n.º 272/2001, pretendemos ter apenas como pendentes em 31-12-2019, processos deste ano, ou seja, instaurados durante o ano de 2019.

Quanto aos processos administrativos, que na sua grande maioria são relacionados com menores, e de acompanhamento, é nosso objectivo reduzir o número de pendentes, se não continuarem a entrar pedidos de Interdição – Maior Acompanhado – como aconteceu no ano anterior, em que se verificou um aumento elevadíssimo relativamente ao ano anterior.

Área Laboral

É nosso objetivo propor todas as acções comuns e especiais de contrato de trabalho e emergentes de acidente, (não tem havido processos provenientes de doenças profissionais) que sejam apresentadas e requeridas ao Ministério Público pelos trabalhadores e suas famílias.

É nosso objetivo propor todas as acções, requerimentos e incidentes relacionados com:

- incidentes de revisão da incapacidade e de habilitação de herdeiros;
- requerimentos de junta médica;
- requerimentos de actualização de pensões em patrocínio dos trabalhadores;
- acções executivas para cobrança coerciva de créditos dos trabalhadores, pensões e prestações dos sinistrados e da caução nos acidentes de trabalho;
- todas as acções e execuções em representação do Estado que lhe forem presentes;



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

- proceder às entregas de capital das pensões obrigatoriamente remidas, cujo cálculo seja feito até 30-11-2019;
- realizar todas as tentativas de conciliação dos processos de acidente de trabalho cujos exames médicos entrem no tribunal até 30-11-2019;
- proceder ao atendimento diário dos trabalhadores e seus familiares.

*

Bragança, 15 de Fevereiro de 2019.

O Procurador da República Coordenador,

(José Joaquim Remísio Melhorado).